

Legislação

Recentemente, em 2011, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA lançou uma coletânea de normas - “**Base Legal para a Gestão das Águas do Estado do Rio de Janeiro**” - visando atender um antigo anseio da comunidade técnica que trabalha na construção do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Abaixo se encontra a lista das principais normatizações aplicadas a gestão das águas, e os respectivos links para download.

As demais legislações vigentes podem ser acessadas no site do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, INEA e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos:

<http://www.inea.rj.gov.br/leis/leis.asp>

<http://www.inea.rj.gov.br/cerhi/resolucoes.asp>

<http://www.cnrh.gov.br>

Lei Federal

[Nº 9.433/97](#)

Ementa

Lei das Águas. Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Resolução CNRH

[Nº 145/2012](#)

Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências.

Leis Estaduais

[Nº 3239/99](#)

Ementa

Institui a política estadual de recursos hídricos; cria o Sistema Estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso vii; e dá outras providências.

[Nº 4247/03](#)

Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

[Nº 5234/08](#)

Altera a lei nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

[Nº 5639/10](#)

Dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do Estado, e dá outras

providências.

Decretos Estaduais

[Nº 35724/04](#)

Dispõe sobre a regulamentação do art. 47 da Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI, e dá outras providências.

[Nº 41974/09](#)

Regulamenta o art. 24 da Lei nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Resoluções CERHI

[Nº 102/2012](#)

Cria ficha de projetos a ser adotada pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.

[Nº 107/2013](#)

Aprova nova definição das Regiões Hidrográficas do estado do Rio de Janeiro e revoga a Resolução CERHI Nº 18 de 08 de Novembro de 2006.

Resoluções INEA

[Nº 10/09](#)

Define mecanismo e critérios para a regularização de débitos consolidados referentes à cobrança amigável pelo uso de recursos hídricos de domínio do estado do Rio de Janeiro.

[Nº 13/10](#)

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de competência das agências de água para a compra e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos, nos termos do art. 9º da lei estadual nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010.

[Nº 14/10](#)

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de competência das agências de água para a seleção e recrutamento de pessoal nos termos do art. 9º da lei estadual nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010.

[Nº 16/10](#)

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de competência das agências de água para a elaboração de termos de referência para subsidiar a contratação de obras, serviços e compras com emprego de recursos públicos, nos termos do art. 9º da lei estadual nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010.

[Nº 27/10](#)

Define regras e procedimentos para arrecadação, aplicação e apropriação de receitas e despesas nas subcontas das regiões hidrográficas e do INEA de recursos financeiros do fundo estadual de recursos hídricos - FUNDRHI.

[Nº 44/11](#)

Estabelece procedimentos para a celebração e execução dos contratos de gestão entre o Inea e as entidades

[Nº 45/11](#)

delegatárias com funções de competência das agências de águas.

Estabelece o manual operativo de procedimentos e critérios de avaliação do cumprimento do programa de trabalho dos contratos de gestão entre o Inea e as entidades delegatárias com funções de competência das agências de águas.